

MUDAR A CIDADE: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA AO PLANEJAMENTO E À GESTÃO URBANOS

CHANGING THE CITY: A CRITICAL INTRODUCTION TO URBAN PLANNING AND MANAGEMENT

Sarah Maria da Silva Martins Pereira

sarahmmaria8423@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes

arlesonlopes93@gmail.com

Universidade Federal do Pará

SOUZA, M. L. d. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Em uma de suas obras de maior destaque, intitulada “Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos”, apresenta uma discussão crítica relacionada ao planejamento e a gestão urbanos e como esses atributos têm moldado a configuração sócio-espacial das cidades. O livro tem como público-alvo estudantes da graduação (Geografia, Sociologia, Antropologia, Economia, Ciência Política, Arquitetura/Urbanismo e Direito), estudantes de pós-graduação, planejadores, gestores urbanos e pesquisadores que se vinculam com a problemática de planejamento e gestão urbanos.

Marcelo Lopes de Souza é um geógrafo brasileiro cujo trabalho tem sido voltado à espacialidade dos movimentos e dos conflitos sociais, suas identidades, agendas e formas de resistência. Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1985, especializado em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutor em Geografia com área complementar na Ciência Política pela Universität Tübingen (Alemanha). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dedica sua atenção profissional ao estudo dos vínculos entre mudança social e organização espacial. Seus trabalhos possuem como principais temas (no contexto da linha de pesquisa Espaço geográfico, heteronomia e autonomia): 1) Ecologia Política (em especial Ecologia Política Urbana); 2) espaço e natureza no pensamento e na práxis

libertários; 3) espacialidade das lutas sociais (identidades, agendas e práticas espaciais dos ativismos, protestos e formas de resistência à heteronomia); 4) justiça ambiental como dimensão do desenvolvimento sócio-espacial; e 5) governamentalização da natureza e securitização do ambiente¹.

O principal propósito do texto é viabilizar discussões e reflexões críticas em torno dos problemas urbanos no Brasil, que seguem numa constante crescente e por isso requerem soluções estratégicas. Mas, para além das preocupações táticas, o autor levanta outros – e não menos importantes – questionamentos, sobretudo quanto ao fracasso da justiça social e sua relação com a espacialização urbana, atribuindo-se ao fato o agravamento da miséria e a urgência de se trabalhar a problemática sob diferentes perspectivas, traçando-se, assim, caminhos para erradicá-la e, tão logo, “mudar a cidade”.

A obra tem como objetivos: (i) contextualizar à epistemologia, conceitos, teorias e metodologias do planejamento e a gestão das cidades; (ii) apresentar as principais correntes do planejamento urbano no Brasil e exterior, destacando as suas características mais importantes, os traços comuns e as controvérsias; e (iii) explicitar os instrumentos à disposição para o planejamento e a gestão urbanos capazes de promover justiça social e melhoria na qualidade de vida.

Como linha de interpretação teórico-metodológica o autor ancora-se no pensamento epistemológico crítico alicerçado nas obras dos intelectuais Manuel Castells, David Harvey e Henri Lefebvre. A obra sob o prisma metodológico é elaborada por meio de: (i) *perspectiva crítica*; (ii) *abordagem de ciência social aplicada*; e (iii) *perspectiva universalista*.

Estruturado em quatro partes, o texto retrata a crescente complexidade dos problemas urbanos e a carência de opções estratégicas em um país onde cerca de 80% da população vive em cidades e vilas. Evidencia a reincidência do fracasso da promoção da justiça social, atribuindo-lhe causa da reprodução da atual miséria no futuro, daí a urgência de os diversos segmentos da sociedade atuarem em conjunto para “mudar a cidade”.

Inicialmente, retrata as questões pertinentes ao planejamento, reforma e gestão das cidades. Em seguida, explicita as principais correntes do planejamento urbano no Brasil e no exterior, destacando os traços comuns e as controvérsias. Analisa também os instrumentos de

¹ SOUZA, J. M. L. d. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plataforma Lattes: Currículo. 2022. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 20 dez. 2022.

planejamento e gestão urbana (tributos, zoneamento, regularização fundiária e os orçamentos público e participativo) e, por último, inclui os relatos e as análises relacionadas às experiências bem e mal sucedidas em cidades brasileiras, tais como: Porto Alegre, Angra dos Reis, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba.

E, antes mesmo de adentrar nos capítulos da obra, dá-se merecida ênfase ao discurso introdutório, onde o autor expõe suas principais inquietudes, quais sejam: a compreensão do planejamento físico como ciência aplicada; valorização simultânea dos campos político e técnico-científico do planejamento e gestão urbanos; a importância da participação popular.

1 CONTEXTUALIZANDO O PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANOS

A primeira parte do livro “Mudar a Cidade”, de Marcelo Lopes de Souza, constitui-se na contextualização do planejamento e da gestão urbanos. Para discutir a problemática, o autor utilizou-se de seis capítulos para apresentar conceitos e ferramentas, discutir perspectivas científicas e não-científicas, evidenciar a necessidade da abordagem interdisciplinar e expor as escalas do planejamento e gestão urbanos.

Em síntese, nesta primeira parte de sua obra, contextualiza-se planejamento e gestão urbanos, fazendo-se uma crítica aos métodos e técnicas até então empregados no Brasil, cujas deliberações de Estado seguiram a ideologia neoliberalista para determinar o ordenamento espacial urbano brasileiro. Segundo o autor, planejamento e gestão urbanos deveriam funcionar como ferramentas de promoção de desenvolvimento social, de modo a aleijar-se de abordagens meramente econômicas, que, na prática, desconsideram qualidade de vida e justiça social.

Para ele a temática abordada demanda cooperação interdisciplinar, hábil a considerar várias vertentes de forma integrada, não fragmentada, otimizando-se o planejamento e a gestão urbanos para superar tradicionais referências espaço-escalares (local, regional, nacional e internacional) e a elas incorporar novas dimensões em escalas macrolocal, mesolocal e microlocal, uma “nova” forma de pensar a organização e o planejamentos dos espaços urbanos brasileiros.

Inicialmente, no primeiro capítulo, contextualiza o emprego crescente da palavra “gestão”, projetando seu significado em diversas áreas, mas o coloca como um conceito geralmente relacionado à administração. Depois, o contrapõe ao conceito de planejamento, situando sua análise num contexto passado de descrédito, quando associado a práticas más e

autoritárias, parecendo adequado que o termo planejamento venha a ser substituído por gestão, pois o conceito de gestão aparece com um significado de controle mais democrático e pautado com base em acordos e consenso, ao contrário do termo planejamento, associado a uma prática tecnocrática de tomadas de decisões do desenvolvimento urbano.

O mesmo capítulo abordará a diferenciação entre os conceitos de urbanismo, *urban design* e planejamento urbano, divergentes entre si quanto à escala de abrangência dos campos de conhecimento, mas também concorrentes e, por vezes, antagônicos, travando uma relação de interdependência.

O capítulo dois será responsável pela apresentação de quatro referenciais espaço-escalares, adotados para análises e proposição de intervenções: local, regional, nacional e internacional. A respeito, faz-se crítica à inexistência de uma significação exata para estes termos, que podem vir a ser usados de forma incongruente. O autor salienta que estas escalas não são imutáveis, nem naturais, são, na verdade, produtos de transformações e avanços tecnológicos, modos de organização humana e da luta política. Por isso, a relevância e extensão à nível territorial das escalas dependerão de processos complexos e inserção em variados contextos, não sendo plausível que estas venham a possuir valores absolutos, mas relacionais.

Na oportunidade, o autor explica que os acontecimentos atuais apresentam características multiescalares e exigem análises integradas e mais abstrusas. Nesse sentido, tanto o planejamento urbano como a análises dos fenômenos contemporâneos que o permeiam projetam a necessidade que profissionais (altamente qualificados) estejam atentos aos contextos, atuando de ambientes mesclados, com espaço e ações contínuas e descentralizadas.

No terceiro capítulo, o autor busca desconstruir e desmotivar a atribuição da qualidade “neutra”, tradicionalmente imputados ao planejamento e gestão urbanos, sugerindo que tal classificação não se faz possível na medida em que os ambientes urbanos e, obviamente, as pessoas que neles vivem possuem interesses e ideologias próprias, por vezes convergentes e por vezes (em grande parte) divergentes entre si. Contudo, explica o autor que a existência de modos de pensar diferentes não descartam totalmente concepções científicas e outras mais conservadoras, pois estas também podem estar engajadas em propostas politizadas e transformadoras.

No desenrolar dos capítulos seguintes, ilustrará o caráter interdisciplinar demandado pelo planejamento e gestão urbanos, afirmando que somente a partir da consideração das muitas (pluri, multi e inter) facetas epistemológicas será possível apreender a complexidade das

transformações sociais nos espaços urbanos. Corroborando com esse entendimento, Lacerda (2013) ressalta que o campo do planejamento deve ser visto de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar devido a necessidade de se adotar conhecimento técnico-científico e não científico, seja na discussão ou na elaboração do planejamento.

2 ABORDAGENS CONCORRENTES

Nesta segunda parte, Souza (2010) discute uma espécie de tipologia das abordagens do planejamento e gestão urbanos, a qual ele intitula *posteriori*, caracterizadas por critérios de identificação dos “tipos” essencialmente precedidos do esmiuçar da realidade. Este método requer uma análise conjunta e sistêmica do estilo de planejamento (se estritamente físico-espacial ou não), do grau de interdisciplinaridade sob qual será abordado e a permeabilidade diante da realidade fática. O processo deverá considerar, ainda, a relevância da participação popular, a postura do mercado, e aspirações político-ideológicas emergentes.

No primeiro capítulo, serão evidenciadas as principais dificuldades para sistematizar o planejamento urbano, qual seja seleção e classificação (ou tipologização) dos tipos de planejamento e dos problemas relacionados a construção de seus critérios da tipologização, já que qualidades opostas podem vir a ser empregadas, como planejamento e gestão, técnicas participativas e não-participativas e regulatórios e pós-regulatórios.

O segundo capítulo aborda o planejamento de uma cidade qualificada como ideal, preocupada em suma com o traçado urbano, densidades de ocupação e utilização espacial do solo. Oportunamente, faz-se alusão ao urbanismo moderno, resultado das tentativas de adaptação às cidades industriais, conseqüentemente, às demandas capitalistas, sistema que determinou até mesmo as ideias e aplicações centrais do planejamento físico e utilização territorial dos espaços urbanos.

Em seguida, revisões da ortodoxia regulatória dos planejamentos sistêmicos e enfoques racionais marcam a redação do terceiro capítulo, onde o planejamento sistêmico é identificado como a realidade estruturada em sistemas e o enfoque racional como procedimento que enfoca o método em detrimento do objeto.

No quarto capítulo, o autor, explica o planejamento mercadófilo, que rompeu com o método regulatório hegemônico – predominante até a década de 1970, na tentativa de direcionar o capital aos interesses de mercado.

O quinto capítulo ocupou-se de apresentar o “*New Urbanism*” (Novo Urbanismo, em português), surgido em meados de 1980 nos Estados Unidos da América, a partir do qual buscou-se integrar os elementos da modernidade à bairros mistos e compactos, tidos como alternativas aos tradicionais subúrbios.

No capítulo sexto, que adentrou à discussão ecológica e abordou a problemática da integração entre modernidade e ecologia das cidades e a base principiológica do desenvolvimento sustentável.

Com objetivo de tratar do “Planejamento comunicativo/colaborativo”, no sétimo capítulo o autor apresenta as concepções de Habermas (1981), segundo o qual é possível, dentro do contexto do agir comunicativo, chegar-se a acordos voluntários em nome da cooperação, mediante rejeição de demandas particulares. Trata-se, portanto, de um processo colaborativo fundamentado em diálogo, superação de preconceitos, harmonia e justiça social entre diferentes grupos de interesses.

O oitavo capítulo conta com as aspirações voltadas para a “Teoria do Planejamento”, que, segundo Souza (2010), justifica certas desigualdades socioeconômicas e subestima o alcance dessas desigualdades enquanto limitador do exercício da liberdade.

No capítulo nove, o autor afirma que as mobilizações por uma reforma urbana tiveram como marco inicial o “Movimento Nacional pela Reforma Urbana”, ocorrido próximo ao fim da década de 1980. A concepção de reforma urbana da época não corresponde a simples intervenções urbanísticas, revelando preocupações com a funcionalidade, a estética e a “ordem” que com a justiça social.

Ao tratar da perspectiva autonomia, no décimo capítulo, o autor tem por base a filosofia política de Cornelius Castoriadis e suas ideias sobre autonomia, bem como noções de planejamento e a gestão das cidades à luz do princípio de defesa da autonomia individual e coletiva.

No capítulo décimo primeiro – penúltimo capítulo da Parte II - Souza (2010) é sublime ao enfatizar a essencialidade dos ativismos e movimentos sociais urbanos brasileiros, retomando análises iniciadas em alguns de seus trabalhos anteriores para destacar os feitos e conquistas de direitos sociais, politização das cidades e criação de uma margem de manobra para a humanização dos ambientes e vida urbanos.

Por fim, no capítulo doze, faz uma análise sintetizada sobre a forma tipologia, tipos de planejamento estudados e descritos no decorrer da Parte II de sua obra.

3 INSTRUMENTOS E INSTITUCIONALIDADES

A III parte do livro é constituída de doze capítulos. No primeiro capítulo, o autor apresenta os instrumentos que vinculam-se ao planejamento urbano, classificados em: (i) informativos – incluem os sistemas e os meios de divulgação relevantes direcionadas para um ou diversos grupos de planejadores urbanos; (ii) estimuladores – compreendem em sua estrutura os incentivos fiscais e outras vantagens com o objetivo de atrair investimento para o espaço urbano; (iii) inibidores – tem como característica limitar as manobras dos planejadores no espaço urbano; (iv) coercitivos – tem como objetivo proibir e estabelecer limites legais vinculados às atividades dos planejadores; e (v) outros (rationale) – difere-se dos demais instrumentos enumerados anteriormente e tem como escopo auferir recursos complementares. Esses instrumentos, segundo Souza (2010), têm grande pujança no que se refere à influenciar as atividades de modelagem dos planejadores do espaço urbano.

No segundo capítulo, tem-se a discussão dos parâmetros urbanísticos de ocupação do solo que segundo Souza (2010, p. 220), “consistem em grandezas e índices (relações entre duas grandezas) que medem aspectos relevantes relativos à densidade e à paisagem urbana”. Nessa discussão o autor faz uma breve apresentação da temática e destaca que os parâmetros urbanísticos juntamente com os zoneamentos, são os mecanismos mais usuais no planejamento urbano.

No terceiro capítulo, a discussão trazida pelo autor está relacionada a importância dos tributos dentro do escopo do planejamento e gestão urbanos. Inicialmente destaca-se na obra o quanto importante é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo no que tange ao planejamento urbano. O autor enfatiza que é um dos poucos instrumentos capazes de emergir justiça social a cidades com grande concentração de disparidade denominada pelo autor de sócio espaciais. Ressalta-se a necessidade de cautela na utilização deste instrumento para que não se ocorra equívocos e injustiças com a falácia de promover justiça social. Outro tributo apresentado pelo autor é “solo criado” conhecido como concessão ou outorga onerosa do direito de construir tendo como prerrogativa a criação de áreas ou espaços não apoiando-se diretamente no solo. Por fim, encerrando a discussão dos tributos, o autor destaca a contribuição de melhoria que tem como fator gerador valorização imobiliária provenientes de obras públicas.

O quarto capítulo apresenta a discussão de zoneamento que, segundo o autor, é um instrumento de planejamento urbano. Dentro da discussão, tem-se: (i) zoneamentos do uso do

solo (funcionalista) e segregação residencial; (ii) zoneamento includente ou zoneamento de prioridades; (iii) zoneamentos do uso do solo (não-funcionalista); e (iv) zoneamento de densidade. O autor chama atenção para existência de vários tipos de zoneamento com finalidades distintas onde cada um deles é um instrumento específico.

No capítulo cinco, o autor, faz a apresentação de outros instrumentos de planejamento, a saber: (i) operação urbana e urbanização consorciada – refere-se a parceria entre público e privado visando melhorar os serviços na cidade; (ii) consórcio imobiliário – “viabilização financeira de planos de urbanização, na qual o proprietário entrega ao Executivo municipal o seu imóvel e, após a realização de obras, recebe como pagamento o imóvel devidamente urbanizado” (SOUZA, 2010, p. 280); (iii) operação interligada – voltado a proporcionar flexibilidade às regulações do uso do solo, possibilitando ao Estado realizar concessões à iniciativa privada desde que se tenha como contrapartida benefícios para a população; (iv) transferência do direito de construir – quando impossibilita o proprietário de construir devido características do zoneamento ou força maior, transfere o direito de construir para outra propriedade; e (v) compra do direito de construir – quando Estado visa preservar o espaço, compreendendo que a construção causará grande impacto na área.

No capítulo seis aborda-se os instrumentos de regularização fundiária. No decorrer da discussão o autor chama atenção para os seguintes instrumentos: (i) usucapião; (ii) concessão de direito real de uso; (iii) desapropriação; (iv) requisição urbanística; (v) direito de preempção; e (vi) direito de superfície. Esses instrumentos, segundo o autor, são importantes para a regularização fundiária e para o cumprimento da função social da cidade.

O capítulo sete apresenta a discussão dos fundos de desenvolvimento urbano como outro importante instrumento do planejamento urbano, mas que, na visão do autor, de seu amparo legal emergem dúvidas vinculadas a esse instrumento. Apesar de existir controvérsias na legislação relacionados à criação de fundos de desenvolvimento urbano, o autor defende sua implementação por meio do gerenciamento de um conselho de desenvolvimento urbano.

No capítulo oito tem-se a abordagem da *City-marketing* como outro instrumento importante no planejamento urbano. Segundo Souza (2010, p. 303), “é perfeitamente pensável um *marketing* urbano persuasivo que não esconda, deliberada e absolutamente, mazelas, ou force demais certas interpretações”. O autor defende que o marketing urbano seja utilizado também para informar a população sobre campanhas governamentais.

No capítulo nono, o autor ressalta no primeiro momento a importância dos cadastrados técnicos municipais, plantas de valores e divisões de bairros. Ao longo da discussão o autor destaca que os cadastrados técnicos municipais devem ter informações de infraestrutura, serviços prestados e entre outros. Em relação às plantas de valores, o autor defende que seja estabelecida por meio de *status* considerando o mercado imobiliário e sua especulação. Outro aspecto defendido pelo autor é uma adequada divisão da cidade em bairros. A divisão da cidade em bairros deve considerar: (i) conteúdo *composicional*; (ii) conteúdo *interacional*; e (iii) conteúdo *simbólico*.

No segundo momento, o autor discute a importância do geoprocessamento e dos Sistemas Geográficos de Informação. O autor afirma que esses instrumentos não têm a mesma finalidade que os tributos para o planejamento urbano, mas apresentam um papel fundamental no planejamento urbano, principalmente, no que se refere ao suporte tecnológico. Por fim, tem-se a discussão dos obstáculos relacionados à implementação dos instrumentos, a saber: (i) imediatismo; (ii) ausência de quadros técnicos suficientemente qualificados; (iii) ação dos lobbies e grupos de pressão de setores da elite local; (iv) ausência de continuidade entre as administrações; (v) dificuldades econômico-financeiras; e (vi) ausência de informatização do serviço de planejamento.

No décimo capítulo, o autor discorre sobre a necessidade de entrelaçamento entre os diversos instrumentos. Souza (2010) destaca que a adoção de instrumentos informativos, estimuladores, inibidores, coercitivos e outros devem ter uma nítida correlação entre eles e a serviço do planejamento e gestão urbanos tendo como objetivo primordial a melhoria da qualidade de vida da população e promover a justiça social.

No décimo primeiro capítulo, o autor vislumbra a importância do orçamento participativo como instrumento essencial de planejamento urbano de uma sociedade autônoma com democracia direta e exercício da cidadania. O orçamento participativo tem como escopo a abertura do Estado a participação da população nas decisões relacionadas aos investimentos públicos. As Unidades Espaciais de Planejamento e Gestão (UEPGs) devem ser referências não apenas nas discussões orçamentárias, mas também como elemento importante de planejamento.

No decorrer da discussão o autor destaca que os conselhos de orçamento participativo avançaram em diversos municípios no que se refere a implementação bem sucedida de participação popular na elaboração do orçamento, enquanto os conselhos de desenvolvimento urbano não conseguiram alcançar tamanho êxito. O autor chama atenção para os obstáculos

voltados à implementação de processo de participação popular, tais como: (i) problemática da implementação; (ii) problemática de cooptação; e (iii) problemática da desigualdade. Nesse sentido, Porto Alegre, segundo o autor, é o exemplo mais avançado de participação popular na prática de planejamento e gestão urbanos.

No décimo segundo capítulo, apresenta-se a realidade brasileira no que tange aos mecanismos institucionais do planejamento urbano. Souza (2010) afirma que no Brasil a Constituição prevê no Art. 182 o plano diretor de desenvolvimento urbano para cidades acima de vinte mil habitantes. O autor tece uma crítica nesse aspecto, pois compreende que o planejamento não deve ser implementado apenas nas cidades, mas sim em todo o município (urbano e rural). A necessidade de revisão do plano diretor no Brasil deve ser contínua devido à sua dinâmica de mudança. Carvalho Filho (2013) ressalta que o plano diretor e a política urbana possuem uma relação intrínseca, pois o plano diretor é o meio para institucionalizar a política voltada para o desenvolvimento urbano.

Apesar de todo avanço do planejamento no Brasil, o autor chama atenção para a ausência de um sistema de planejamento. Para Souza (2010, p. 405) “um *sistema* de planejamento é uma articulação institucional eficiente das tarefas e rotinas de planejamento entre os diversos níveis de governo”. Ainda nessa discussão o autor, faz algumas recomendações de desenvolvimento urbano nos planos: (i) autoexplicativos; (ii) autoaplicáveis; e (iii) estabilidade com transparência e flexibilidade sem fisiologismo. O autor ainda defende a necessidade de uma pedagogia urbana, ou seja, necessidade de formação de planejadores e gestores urbanos da população, além de trabalhar com comunicação acessível à sociedade.

4 EXTRAINDO LIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS CONCRETAS

Na IV parte do livro é estruturada em cinco capítulos nos quais o autor analisa as experiências brasileiras no que tange ao planejamento e a gestão urbanos. No primeiro capítulo tem-se a apresentação das experiências de Porto Alegre; já no segundo capítulo, o autor nos convida a conhecer o planejamento de Angra dos Reis; no terceiro capítulo tem-se a discussão de Recife; no quarto capítulo se discute o planejamento do Rio de Janeiro; e no quinto capítulo o caso de Curitiba.

A experiência do orçamento participativo em Porto Alegre e Recife merecem na visão do autor destaque no cenário brasileiro por ter avançado na democracia direta no que se refere

à participação popular na elaboração da peça orçamentária, buscando justiça social. Em contrapartida, a experiência de Angra dos Reis denota-se de um plano diretor concebido tecnicamente com ideário da reforma urbana. Segundo Souza (2010, p. 481), “seus princípios são fortes e límpidos quanto à tentativa de salvaguarda das funções sociais da cidade e da propriedade e à inversão de prioridades, isto é, o atendimento preferencial aos segmentos pobres e segregados”. O autor destaca que é indiscutível o caráter técnico do plano diretor de Angra dos Reis, porém não incorpora o principal elemento do planejamento urbano: justiça social.

Diferentemente das experiências citadas anteriormente, o Rio de Janeiro adotou como plano diretor o planejamento empresarial, no qual culminou na segregação de espaço, que segundo Souza (2010), ficou denominada de *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade*. O autor esclarece que esse fenômeno não é prerrogativa unicamente das cidades brasileiras, mas que outros países também apresentam o mesmo fenômeno. Contudo, esse tipo de planejamento, segundo Vainer (2000), faz com que a cidade seja vista como mercadoria no qual precisa ser atrativa e vendida no mercado. Essa tipologia ainda traz o entendimento que a cidade deve ser concebida como uma grande empresa (VAINER, 2000).

Curitiba é um exemplo de plano diretor ecológico, na qual é considerada como a “Capital Ecológica”. Curitiba, segundo o autor, é uma cidade com valores conservadores (alto potencial de exclusão do outro e/ou diferente) e que não integra a região metropolitana fazendo com que se tenha uma economia de enclave (não interagem com seu entorno), além de não ter participação direta da população. Acseirad (2001) ressalta que esse modelo de planejamento urbano ecológico também nos remete à concepção de cidade-empresa, concebendo assim a “cidade sustentável” atributos canalizadores de investimentos em face à competição global.

Partindo do questionamento: “como, pois, *mudar a cidade?*” O autor tece suas conclusões destacando que o planejamento e gestão urbanos devem ser vistas como meios capazes de alcançar desenvolvimento urbano, ou seja, maior desenvolvimento sócio-espacial da cidade – mudar a cidade é uma tarefa coletiva – visando avançar na qualidade de vida e um acréscimo da justiça social.

O planejamento e gestão urbanos devem ser concebidos pela dimensão técnica-científica e política fundamentada na participação popular – cogestão (Estado e Sociedade). O planejamento e gestão urbanos seja implementado pelo Estado e/ou cogestão, ou até mesmo, à revelia do primeiro, o certo é que o planejamento e gestão urbanos são construtos e ferramentas de ascensão social positiva.

No Brasil os problemas são enormes e que se apresentam de forma diferenciada geograficamente em todo território, mesmo em escala local como no caso de Porto Alegre com suas próprias particularidades e generalizações analíticas segundo o autor se constitui um problema. Apesar da diversidade, este não deve ser motivo de desânimo e sim estímulos visando soluções endógenas, sem “receitas de sucesso” transportadas para o local. Por fim, o autor conclui que não se pode deixar de lado a importância dos intelectuais, pesquisadores, técnicos ou interessados na teoria e técnica de planejamento e gestão urbanos.

Portanto, em “Mudar a Cidade”, o autor, sempre fundamentado na perspectiva autonomista, propõe que o planejamento e gestão urbanos são os verdadeiros meios para se alcançar o melhor desenvolvimento do ambiente urbano, compreendendo-os não como competência exclusiva do Estado e de suas atuações tradicionalmente (e infrutiferamente) tecnocráticas, mas como elementos de um processo de práticas coletivas, o que também propõe em “A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades” (SOUZA, 2006), apresentando os caminhos de transição de uma sociedade heterônoma para uma modelo de sociedade basicamente autônoma.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.

CARVALHO FILHO, J. S. Plano diretor e inconsistência urbanística. In: MARQUES NETTO, F. A. et al. (org.). **Direito e administração pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 596-612.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen handelns**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

LACERDA, N. O campo do planejamento urbano e regional: da multidimensionalidade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-93, maio, 2013.

SOUZA, M. L. d. Estratégias, instrumentos, técnicas e contextos institucionais da participação popular no planejamento e gestão urbanos. In: SOUZA, M. L. d. **A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. d. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Revista de Extensão e Iniciação
Científica da UNISOCIESC
REIS

ISSN 2358-4432

Compartilhar
conhecimento
é conhecer o
mundo.

unisociesc

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.